

**ACUREDEPA-  
ASSOC.CULTUR.REC.DEF.PROPAGAN  
DA DE AZERE**

**Anexo**

**26 de fevereiro de 2026**

## Índice

1	Identificação da Entidade .....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	4
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1	Bases de Apresentação.....	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	7
4	Ativos fixos tangíveis.....	14
5	Ativos intangíveis.....	15
6	Custos de empréstimos obtidos .....	16
7	Inventários .....	16
8	Rendimentos e gastos.....	17
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	17
10	Subsídios e outros apoios das entidade públicas .....	18
11	Instrumentos financeiros.....	18
12	Benefícios dos empregados.....	19
13	Acontecimentos após a data do balanço.....	19
14	Agricultura .....	19
15	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	19
16	Outras divulgações.....	19
16.1	Investimentos Financeiros.....	20
16.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	20
16.3	Clientes e Utentes.....	20
16.4	Outras contas a receber.....	20
16.5	Diferimentos .....	21
16.6	Outros Ativos Financeiros.....	21
16.7	Caixa e Depósitos Bancários .....	21
16.8	Fundos Patrimoniais .....	21
16.9	Fornecedores .....	22
16.10	Estado e Outros Entes Públicos .....	22
16.11	Outras Contas a Pagar .....	22
16.12	Outros Passivos Financeiros .....	22
16.13	Subsídios, doações e legados à exploração .....	22
16.14	Fornecimentos e serviços externos .....	23
16.15	Outros rendimentos.....	23

16.16 Outros gastos .....	23
16.17 Resultados Financeiros .....	24
16.18 Acontecimentos após data de Balanço .....	24

## 1 Identificação da Entidade

A “ACUREDEPA-ASSOC.CULTUR.REC.DEF.PROPAGANDA DE AZERE” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação (IPSS)” com estatutos publicados no Diário da República n.º 228, Série III, de 02 de outubro de 1997, com sede em RUA DO OUTEIRINHO, 78, 3040-011 Ázere. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- CD – Centro de Dia;
- SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

## 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão

evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

<b>Reconciliação dos Fundos Patrimoniais</b>	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	
<b>Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC</b>	
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	

### **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### **3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### **3.1.2 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.3 Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

### **3.1.4 Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### 3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	33.33%
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

<b>Descrição</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Terrenos e recursos naturais	50
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	4
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

### **3.2.4 Bens do património histórico e cultural**

Não existem<.

### **3.2.5 Propriedades de Investimento**

Não existem

### **3.2.6 Investimentos financeiros**

Não existem

### **3.2.7 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

#### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.9 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.10 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### **3.2.11 Financiamentos Obtidos**

#### Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

### **3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos**

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

#### 4 Ativos fixos tangíveis

##### Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

##### Bens do património histórico, artístico e cultural”:

Não existem!

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	68 162,49					68 162,49
Edifícios outras construções	1 677 424,77	81.822.68				1 759 247,45
Equipamento básico	314 689,77	25.738.21	7.724.75			332 703,23
Equipamento de transporte	148 591,84	282.83	23.900.85	10.339.68		114 634,14
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	84.400.99	493.94		290.00		84.604.93
Outros Ativos fixos tangíveis	3 130,06					3 130,06
<b>Total</b>	<b>2 296 399,92</b>	<b>108.337.66</b>	<b>31.625.60</b>	<b>10.629.68</b>	<b>0,00</b>	<b>2 362 482,30</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	616.910.77	32.523.87				649.392.52
Equipamento básico	257.392.10	20.245.36	7.441.69			270.852.62
Equipamento de transporte	86.087.83	13.591.30	26.653.19			73.730.62
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	65.185.84	3.394.22	290.00			67.798.99
Outros Ativos fixos tangíveis	9108.98	2.868.38	78.75			11.853.95
<b>Total</b>	<b>1.034.685.52</b>	<b>72.623.13</b>	<b>34.463.63</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.073.628.30</b>

Descrição	2025					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final

<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	68 162,49					68 162,49
Edifícios outras construções	1 759 247,45	74.924.71				1 834 172,16
Equipamento básico	332 703,23	31.717.70				364 420,93
Equipamento de transporte	114 634,14	82.320.55				196 957,69
Equipamento biológico	0.00					0.00
Equipamento administrativo	84.604.93		5.945.79			84.604.93
Outros Ativos fixos tangíveis	3.130.06					3 130,06
<b>Total</b>	<b>2 362 482,30</b>	<b>188.962.96</b>	<b>5.945.79</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 545 502,47</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios outras construções	649.392.52	36.453.56	51.01	0.20		685.794.87
Equipamento básico	270.852.62	22.537.73	2.541.29	10.570.96		301.420.02
Equipamento de transporte	73.730.62	18.135.61				91.866.23
Equipamento biológico	0,00					0,00
Equipamento administrativo	67.798.99	5.124.17	7.861.42	1.523.38		66.585.12
Outros Ativos fixos tangíveis	11.853.95	1.299.68	1.148.26	-11.703.00		302.37
<b>Total</b>	<b>1.073.628.30</b>	<b>83.550.75</b>	<b>11.601.98</b>	<b>391.54</b>	<b>0,00</b>	<b>1.145.968.61</b>

### Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2024 e 2025, foram os seguintes: **Não existem propriedades de investimento.**

## **5 Ativos intangíveis**

### Bens do domínio público

A Entidade não de “Ativos Intangíveis” do domínio público:

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	4 869,51					4 869,51
Outros Ativos intangíveis	10 455,01	2.244.75				12 699,76
<b>Total</b>	<b>15.324.52</b>	<b>2.244.75</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.569.27</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de	2.935.40	554.59				3.489.99

Computador						
Outros Activos intangíveis	2.490.76	2.203.25				4.694.01
<b>Total</b>	<b>5 426,16</b>	<b>2.757.84</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8 184,00</b>

2025

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	4 869,51					4 869,51
Outros Activos intangíveis	12 699,76	2.333.08				15 031,84
<b>Total</b>	<b>17 569,27</b>	<b>2.333.08</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>19 901,35</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	3.489.99	554.59				4.044.58
Outros Activos intangíveis	4.694.01	2.656.66				7.350.57
<b>Total</b>	<b>8 184,00</b>	<b>3.211.25</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>11 395,15</b>

## 6 Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	92.839.38	202.631.89	295.471.27	92.250.03	295.249.96	387.499.99
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas caucionadas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas Bancárias de Factoring	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Contas bancárias de letras descontadas	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>92.839.38</b>	<b>202.631.89</b>	<b>295.471.27</b>	<b>92.250.03</b>	<b>295.249.96</b>	<b>387.499.99</b>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue para o ano de 2026, comparando com 2025.

Descrição	2025			2024		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos	92.028.72	2.175.36	94.204.08	52.967.37	21.977.99	74.945.36
Mais de cinco anos						
<b>Total</b>	<b>92.028.72</b>	<b>2.175.36</b>	<b>94.204.08</b>	<b>52.967.37</b>	<b>21.977.99</b>	<b>74.945.36</b>

## 7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2024			2025			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.583.19	102.594.21	0,00	3.992.91	120.967.13	0,00	6.097.84
<b>Total</b>	<b>4 583,19</b>	<b>102.594.21</b>	<b>0,00</b>	<b>3 992,91</b>	<b>120.967.13</b>	<b>0,00</b>	<b>6 097,84</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				103 381,69			123 072,06

## 8 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	668.091.29	589.619.24
Subsídios de outras entidades	37.580.38	71.758.49
Doações e heranças	69 045,09	13.122.00
Quotizações e Serviços Secundários	1.394.80	2.038.56
<b>Total</b>	<b>776.111.56</b>	<b>676.538.29</b>

### MENSALIDADES DE UTENTES

Descrição	2025	2024
<b>Mensalidades</b>		
Mensalidades	807.529.77	767.273.48
<b>Total</b>	<b>807.529.77</b>	<b>767.273.48</b>

## 9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2024	Aumentos	Diminuições	2025
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	67.080.00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>67 080,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

“Não existem ativos contingentes.

**10 Subsídios e outros apoios das entidade públicas e outros**

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	668.091.29	589.619.24
Subsídios de outras entidades	37.580.38	71.758.49
Doações e heranças	69 045,09	13.122.00
Quotizações e Serviços Secundários	1.394.80	2.038.56
<b>Total</b>	<b>776.111.56</b>	<b>676.538.29</b>

## MENSALIDADES DE UTENTES

Descrição	2025	2024
<b>Mensalidades</b>		
Mensalidades	807.529.77	767.273.48
<b>Total</b>	<b>807.529.77</b>	<b>767.273.48</b>

**11 Instrumentos financeiros**

Em 31/12/2025 e 31/12/2024, não houveram taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Descrição	2024	Aumentos	Diminui es	2025
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestrutura o	0,00	0,00	0,00	0,00
Provis es específicas do sector	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	67 080,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>67 080,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2025 e 2024, foram, respetivamente “5” e “5”.

Os órgãos diretivos não usufruem remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2025 foi de “61” e em 31/12/2024 foi de “57”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	860 842,58	776 987,12
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	162 418,06	145 194,09
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 078,59	10 377,87
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	17 946,75	37 885,42
<b>Total</b>	<b>1 050 285,98</b>	<b>970 444,50</b>

## 13 Acontecimentos após a data do balanço

Nada a assinalar:

## 14 Agricultura

Nada a assinalar

## 15 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 16 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade não detinha “Investimentos Financeiros”:

### 16.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	569,50	1 100,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>569,50</b>	<b>1 100,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 16.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2025	2024
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	9 671,04	9 115,50
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes factoring</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes		
Utentes		
<b>Total</b>	<b>9.671.04</b>	<b>9.115.50</b>

Descrição	2025	2024
Clientes		
Utentes	9.671.04	9.115.50
<b>Total</b>	<b>9.671.04</b>	<b>9.115.50</b>

### 16.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	3 872,66	2 950,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	9 341,38	8 515,35
Adiantamentos a fornecedores	3.000,00	0,00
Outros Devedores	70.506,26	95.623,77
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>86.720.30</b>	<b>107.089.12</b>

## 16.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Gastos Diversos	7.224.27	3.846.75
<b>Total</b>	<b>7.224.27</b>	<b>3.846.75</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
IEFP – Programas de Emprego	38.572.26	82.339.04
Sócios Adiantamentos	77.50	
<b>Total</b>	<b>38.649.76</b>	<b>82.339.04</b>

## 16.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, Investimentos financeiros.

## 16.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa	100,00	100,00
Depósitos à ordem	493.489,09	431.205,97
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>493.589,09</b>	<b>431.305,97</b>

## 16.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	8 023,12	0,00	0,00	8 023,12
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	586 795,75	153 360,61	0,00	740 156,36
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras variações nos fundos patrimoniais	444 194,76	34 238,21	0,00	478 432,97
<b>Total</b>	<b>1 039 013,63</b>	<b>187 598,82</b>	<b>0,00</b>	<b>1 226 612,45</b>

### 16.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	18 622,57	27 419,95
<b>Total</b>	<b>18 622,57</b>	<b>27 419,95</b>

### 16.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	24.661.26	26.456.54
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>24.661.26</b>	<b>26.456.54</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5.080.30	3.736.50
Segurança Social	33 789,62	27 657,53
<b>Total</b>	<b>38.869.92</b>	<b>31.394.03</b>

### 16.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		147.264.02		131.058.54
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		46,27
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
<b>Fornecedores de Investimentos</b>		<b>7 875,20</b>		<b>0,00</b>
<b>Credores por acréscimo de gastos</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>Outros credores</b>		<b>15.271.84</b>		<b>19.570.67</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>170.411.06</b>	<b>0,00</b>	<b>150.675.48</b>

### 16.12 Outros Passivos Financeiros

A Entidade não tinha passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

### 16.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	668.091.29	589.619.24

Subsídios de outras entidades	37.580,38	71.758,49
Doações e heranças	69 045,09	13.122,00
Quotizações e Serviços Secundários	1.394,80	2.038,56
<b>Total</b>	<b>776.111,56</b>	<b>676.538,29</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

#### 16.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	49 937,74	66 844,81
Materiais	8 522,47	6 854,98
Energia e fluidos	72 142,84	82 445,87
Deslocações, estadas e transportes	766,43	254,64
Serviços diversos	35 429,04	28 965,58
<b>Total</b>	<b>166 798,52</b>	<b>185 365,88</b>

#### 16.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	3 543,33	5 817,59
Descontos de pronto pagamento obtidos	55,15	27,93
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 000,00	1 931,84
Outros rendimentos e ganhos	107 317,21	129 638,36
<b>Total</b>	<b>111 915,69</b>	<b>137 415,72</b>

#### 16.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	1 221,08	3 770,69
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	890,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	5 877,80	2 605,88

<b>Total</b>	<b>7 988,88</b>	<b>6 376,57</b>
--------------	-----------------	-----------------

### 16.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1 872,96	-21.977,99
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	302,40	0,00
<b>Total</b>	<b>2 175,36</b>	<b>21 977,99</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	374,72
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>374,72</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-2 175,36</b>	<b>-21 603,27</b>

### 16.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção em 17 de março de 2025 (ATA nº 294)

AZERE, 31 de dezembro de 2025

O Contabilista Certificado

A Direção

António Luis Madeira Neves NIF 146274903

Assinado por: **ANTÓNIO LUÍS MADEIRA NEVES**  
 Num. de Identificação: 02595772  
 Data: 2026.03.07 14:38:09+00'00'

